

Minas de letras: agentes e  
proposições analíticas acerca  
da “cultura dos escritos” em  
Minas Gerais, 1750-1834

Mines of letters: agents and  
analytical propositions about  
the “writings culture” in Minas  
Gerais, 1750-1834

Álvaro de Araujo Antunes<sup>1</sup>



**Resumo:** Práticas, representações, suportes, formas, textos, intertextualidades, contextos... A história social e cultural da escrita, em diversos caminhos, vem ganhando destaque como tema de investigação nas últimas décadas. O presente artigo apresenta alguns resultados de pesquisas que versam sobre dois grupos de agentes envolvidos na “cultura dos escritos” em Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII e início do século XIX. Em um primeiro momento, busca definir as potencialidades analíticas do que compreende por “cultura dos escritos”. Na sequência, aquilata a presença de “agentes das letras”, nomeadamente advogados e professores, que atuaram em Mariana, entre os anos de 1750 e 1834. Os resultados apresentados sugerem como provável a hipótese de que as Minas Gerais, pela sua riqueza e relevância administrativa, não foi terreno estéril ao cultivo do escrito.

**Palavras-chave:** América portuguesa; Minas Gerais; Cultura dos escritos; Letrados; Professores.

**Abstract:** Practices, representations, supports, forms, texts, intertextualities, contexts ... The social and cultural history of writing, in different ways, has been gaining prominence as a research theme in recent decades. The present article presents some research results that deal with two groups of agents involved in the “culture of writing” in Minas Gerais, in the second half of the 18th century and the beginning of the 19th century. At first, it seeks to define the analytical potential of what it understands by “culture of writing”. In the sequence, it assesses the presence of “agents of letters”, namely lawyers and teachers, who worked in Mariana, between the years 1750 and 1834. The results presented suggest as probable the hypothesis that Minas Gerais, due to its wealth and relevance administrative, it was not sterile ground for the cultivation of writing.

**Keywords:** Portuguese américa; Minas Gerais; Culture of writing; Literate; Teachers.



A história social e cultural da escrita ou história da cultura escrita, em suas diversas manifestações e nomenclaturas, ganhou destaque como tema de investigação nas últimas décadas.<sup>2</sup> Suas raízes, contudo, são mais pretéritas e remontam à paleografia enquanto ciência auxiliar da história. Com o tempo, o campo da história, antes preocupado em decifrar as informações escritas, criar tipologias e/ou datar documentos, passou a questionar o fenômeno da escrita. Inspiraram essa mudança os trabalhos de cientistas sociais de variados ramos que, nos finais da década de 1950 e início da década de 1960, questionaram as relações entre a oralidade e a escrita ou *literacy* (OLSON; TORENCE, 1995). Influenciada por essas contribuições e sem perder as marcas de origem que associavam as formas e conteúdos escritos a um contexto de produção/consumo, a história da escrita ganhou força mais recentemente, no influxo de uma nova história cultural (CHARTIER, 2007; HUNT, 1992).

Comumente, a escrita é tomada como uma tecnologia de comunicação, que, dentre outras potencialidades, serve às práticas cotidianas de transmissão e conservação de informação.<sup>3</sup> Quando avaliada pela história, não se consideram apenas os aspectos mais técnicos e descritivos que envolvem a comunicação e o registro escrito, como também se busca conhecer seus efeitos sociais, políticos e culturais.<sup>4</sup> Compartilhando problemas com outras áreas do conhecimento, a história contribuiu com questionamentos sobre: os efeitos da alfabetização na organização social; os mecanismos que permitem e impedem o registro e a comunicação; a constituição de comunidades interpretativas e instituições de saber; a circulação entre escrita e oralidade; a relação da escrita com o poder e com a verdade etc. Em síntese, tais questões tomam os discursos não como “corpos flutuantes”, mas o transformam em algo “englobante que se chamaria a história”. Os discursos, incluindo aqui preferencialmente a escrita, são “históricos, porque ligados a operações e definidos por funcionamentos”.<sup>5</sup>

A associação da escrita com o poder administrativo foi alvo, ainda que indireto, de algumas das minhas investigações.<sup>6</sup> A compreensão “monumental” das fontes documentais, bem como a consciência metodológica de que os registros escritos resultam de relações pessoais e institucionais (FONTAINE, 1993; LE GOOF, 1994), pautou as investigações que efetuei sobre os advogados nas Minas Gerais no período colonial. A instrução que receberam, os livros que leram, as posições administrativas e políticas que ocuparam, as relações sociais que estabeleceram, enfim, todos os universos relacionais que os envolveram e deram sentido às existências desses letrados foram avaliados com a intenção de se fazer uma história da justiça nas Minas Gerais setecentista. Com esse



objetivo, a escrita foi reconhecida, ainda que de forma pouco sistematizada, como um instrumento do poder que perpassava por e se expressava na formação e atuação dos letrados.

Em 2010, ingressei no Grupo de Pesquisa Cultura e Educação na América portuguesa (GCEAP), sediado na Faculdade de Educação da UFMG e composto por pesquisadores de diversas instituições do Brasil e de Portugal. Entre 2010 e 2012, o grupo desenvolveu o projeto “Ilustração e cultura escrita na transição do Antigo Regime português (1750-1834): do domínio político ao império da língua”. Sucedeu a esse esforço conjunto uma série de novas pesquisas, publicações e debates que permitiram, mais e mais, um aprimoramento teórico e historiográfico sobre a escrita, a educação e as Luzes no mundo luso-brasileiro.<sup>7</sup>

Associado aos interesses do grupo e dando continuidade aos estudos sobre as letras em Minas Gerais, busquei conhecer o perfil dos professores e, na medida do possível, as condições de ensino em Mariana, Minas Gerais, entre os anos de 1750 e 1834. Em 2013, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), teve início o projeto: “O saber das letras: condições, agentes e práticas nos Estudos Menores em Minas Gerais (1750 – 1834)”.<sup>8</sup> As investigações continuaram, seja compondo projetos coletivos apresentados pelo grupo – hoje denominado CEIbero (Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos) –, seja de forma individualizada.

Os esforços investigativos dos componentes do CEIbero avançaram por pesquisas empíricas, evidenciando dimensões insondadas da cultura e da educação no mundo ibérico.<sup>9</sup> O resultado desses esforços colocou em xeque a ideia vaga e incorreta das Minas Gerais como um terreno estéril para a cultura dos escritos.<sup>10</sup> Não obstante a extensão da escravidão e as formas de exceção social associadas à limpeza de sangue e aos ofícios mecânicos, era pertinente testar a hipótese de que as letras se infiltraram, de diversas maneiras e por diversos agentes, no cotidiano da população mineira. Desde o início da trajetória apresentada, parecia-me improvável que um território tão rico e, por conseguinte, tão carente de regulação, não demandasse e contasse com um grupo capacitado de administradores. Acreditava-se que as oportunidades criadas pelo Estado somaram-se às demandas particulares e, nesta confluência, surgiu um campo propício para o cultivo dos escritos.

Endossando a hipótese lançada acima, este artigo apresenta dados que permitem estimar a presença de alguns agentes envolvidos com a “cultura dos escritos” em Minas Gerais, entre os anos de 1750 e 1834. Em um primeiro



momento, retoma a discussão já esboçada sobre uma história social e cultural da escrita e aprofunda as reflexões sobre aquilo que nomeia como a “cultura dos escritos”. Na sequência, apresenta alguns números que revelam a presença de professores, advogados e juizes que atuaram em Mariana no referido período, de maneira a relativizar uma visão estereotipada da esterilidade das letras em Minas Gerais.

### **Cultura escrita; cultura dos escritos**

Nos estudos especializados é muitíssimo usual a expressão: “cultura escrita”. O termo “cultura dos escritos” é, por assim dizer, uma novidade.<sup>11</sup> Ambos os termos enquadram-se na história social e cultural da escrita ou, simplesmente, na história da escrita. Entretanto, ambos não são sinônimos e podem contribuir de forma distinta para o tema.

Em uma primeira aproximação, a cultura escrita explicita uma situação da cultura, qual seja a de estar escrita. Em outra interpretação, o meio de difusão e registro da informação serve para caracterizar uma cultura. Essa especificação da cultura escrita, por vezes, a qualifica frente às outras formas de expressão. Já a cultura dos escritos explicita, de partida, a pluralidade dos objetos, as formas e expressões do escrito. A designação evidencia ainda uma dimensão ativa, de difusão e produção: o cultivo dos escritos. Essas nuances de significados serão explorados a seguir. A intenção é esclarecer seus sentidos e as contribuições que podem trazer à história social e cultural da escrita e, acrescente-se, à história da educação.

O termo “cultura escrita” torna implícitas as potencialidades analíticas que devem ser cuidadosamente consideradas. Como já se mencionou, ele pode evidenciar uma condição da cultura, qual seja: a de estar escrita. A função qualificadora do adjetivo “escrita” resulta, portanto, na limitação polissêmica do próprio conceito de cultura. Ao tipificá-la, busca-se reduzir sua amplitude semântica, ao mesmo tempo que se multiplicam as categorias taxonômicas e os campos de estudos. São modelos disso a “cultura de massa” ou a “cultura popular”, designações que consideram o público ao qual se destina ou que fomenta a cultura. Na década de 1960, a contracultura nomeou um movimento, uma ação de oposição aos costumes e valores estabelecidos (BURKE, 2010; CERTEAU, 1993). Esses exemplos demonstram como as designações tipificam a cultura, recortando-a em nichos de pesquisa com suas metodologias e problemas, mais ou menos originais.



Entretanto, mesmo quando considerada nos seus limites, a cultura escrita ainda deixa amplas margens de apreciação. Embora seja uma designação singular, a cultura escrita abrange um imenso leque de formas e expressões inscritas em diversos suportes e resultantes de um amplo conjunto de técnicas: a escrita alfabética dos gregos; as letras bastardas desenhadas sobre os pergaminhos; as iluminuras dos livros de compromissos de irmandade; o exercício da caligrafia; os modelos epistolográficos do *Secretário Português*; a escrita sínica dos papiros chineses; o livro saído da imprensa de tipos móveis etc.<sup>12</sup> Dentro do quadro cultural que se desenha, o que qualifica esses objetos culturais é, essencialmente, a escrita, independente se impressa, manuscrita, ideográfica, hieroglífica, alfabética, silábica...

Ao longo dos tempos, os estudos sobre a escrita constituíram um tipo de cultura em contraste e/ou complemento com outras formas de difusão do conhecimento, notadamente a oral. Entre antropólogos e outros especialistas, foi comum considerar as sociedades segundo o grau de conhecimento da escrita, discernindo as “pré-alfabéticas” ou “primitivas” das “civilizadas” ou “pós-alfabéticas” (HAVELOCK, 1995; ONG, 1998). Categorizavam-nas através de um referencial que, em grande medida, valoriza as formas e o conhecimento escrito em detrimento da oralidade. Inevitável observar que, em muitos casos, tais referenciais serviram à classificação etnológica de sociedades mais ou menos avançadas, dentro de uma lógica evidentemente evolutiva, quando não eurocêntrica. Nem sempre escoimada de juízos de valor, a classificação de sociedades letradas ou orais continua a servir de referencial analítico para historiadores, sociólogos e antropólogos.

Críticas também foram direcionadas às perspectivas assentadas na oposição entre a oralidade e a escrita.

Passou-se, portanto, a buscar compreender não a cultura escrita em sua oposição à cultura oral, mas *culturas escritas*. Para isso, formaram-se duas linhas principais de investigação. A primeira delas volta-se para o estudo, em grande escala, da entrada de sociedades no mundo da escrita, procurando responder como e em que condições a população dessas sociedades se alfabetizou, bem como o tipo de cultura escrita que se construiu nesse processo [...] As investigações do segundo grupo [...] voltam-se, com ênfase, para a diluição das dicotomias dos primeiros estudos sobre a cultura da escrita, buscando compreender, por exemplo,





como comunidades de intérpretes são criadas por meio da oralidade ou, ainda, como e por meio de que práticas uma *scribal culture* sobrevive, apesar de uma ampla difusão do impresso (GALVÃO; BATISTA, 2006, p. 410).

Sem embargo dos julgamentos negativos, Jack Goody manteve sua posição quanto às potencialidades da linguagem variáveis segundo o sistema ou modo (oral ou escrito) que prevalece em cada sociedade (GOODY, 1996, p. 13; MARCUSCHI, 2008, p. 32; PALLARES-BURKE; BURKE, 2004, p. 334). Conforme a preponderância de uma ou outra forma de comunicação e/ou linguagem, desenvolvem-se distintas estruturas de raciocínio (uma “razão gráfica” ou uma “memória sonora”) e, poder-se-ia acrescentar, de narrativas. O que não quer dizer que a redação prescindia da oralidade – uma vez que esta constitui parte substancial do ser humano, da sua *noesis* – nem que a retórica ou a oratória dispense as escritas (HAVELOCK, 1995, p. 27-28). Não se trata, portanto, de simplesmente opor as linguagens, mas considerar suas especificidades e suas relações ao longo da história. Para Goody, trata-se de considerar toda a extensão e impacto que as escritas, no plural, trouxeram à humanidade (PALLARES-BURKE; BURKE, 2004, p. 337).

Certamente a oposição entre as modalidades escritas e orais tem relevância heurística, no entanto, ao inseri-la na história, avança-se ao considerar o processo de comunicação. Conforme Ana Galvão e Antônio Augusto Gomes Batista (2006, p. 429-430), “mais do que descrever de maneira mais ou menos dicotomizada as diferenças entre a cultura escrita e a oral”, a preocupação dos estudos passou a ser “apreender as condições sociais, históricas e técnicas em torno das quais, para diferentes casos históricos, construiu-se uma determinada cultura escrita e um conjunto determinado de impactos políticos, sociais e culturais”. Nos termos de Roger Chartier (2007, p. 12), a história da cultura escrita deve associar conteúdo, prática e materialidade. O mesmo autor, similar à postura de Goody, questiona a “abordagem desconstrucionista” que insistiu em “abolir ou deslocar as oposições” evidentes entre oralidade e a escrita e acabou por ignorar efeitos e diferenças empíricas, como a singularidade dos atos de linguagem e o potencial de reprodutibilidade da escritura.

A escrita permite conferir à linguagem um caráter material, um conjunto de signos visíveis capazes de ampliar a transmissão de informações, pelo espaço e pelo tempo. O aspecto material e estético dessa prática de registro encontra-se na origem do próprio termo escrever, oriundo do instrumento *estilo*. Retomando



a obra de Pedro Mexia, autor do século XVI, Chartier lembra que *estilo* era uma lâmina fina utilizada para inscrever em taboas enceradas. Dela derivou o termo “estilete” e, sobre aquele que tinha uma bela escrita, dizia-se escrever em “bom estilo” (CHARTIER, 2007, p. 56). Ainda no campo das etimologias, *styllo* era designação dada a pena utilizada para a escrita. Em francês *stylo* significa caneta, enquanto *style*, em inglês, serve para designar jeito, maneira, estilo. No estudo da caligrafia, à força depositada na pena para imprimir a tinta sobre o papel confere-se o nome de “talho”, talvez em alusão aos tempos das inscrições em suportes mais duros, como o chumbo, madeira ou pedra. Escrito é ato significativo. O ato simples de gravar a informação sobre superfícies tem vastas implicações no âmbito da memória, da lógica e da cultura de uma sociedade, como também tem desdobramentos mais práticos, no campo da comunicação e da administração.

De um lado, ao conservar informações, a escrita serve de remédio ao esquecimento, muito embora possa trazer consigo o veneno deletério ao “saber de cor”, conforme considerou Platão em *Protágoras* (GOODY; WATT, 1996, p. 59; RICOUER, 2007, p. 27 et segs.). De outro lado, a escrita serve à representação, ao fazer presente o ausente, vencendo o espaço e o tempo. Essa qualidade que subjuga distâncias pela representação – afinal, “não existe escrita senão onde o significante pode ser isolado da presença” – tem desdobramentos na administração das coisas e das gentes. Pela escrita abre-se o espaço para o acúmulo, gerenciamento e resguardo das informações nos arquivos. “Combinando o poder de reter o passado [...] e o de superar indefinidamente a distância [...], a escrita faz a história” (CERTEAU, 1982, p. 217). Nas duas dimensões, resta evidente a preocupação com conservação, administração e transmissão de informações, com desdobramentos na própria construção do conhecimento histórico.

Além das dimensões epistemológicas, a escrita guarda uma estreita relação com a própria noção de cultura. Sobre a “etno-grafia” de Jean de Léry, Michel de Certeau observou como a escrita serviu ao processo colonizador. Pela escrita insere-se o outro em um enredo alheio; estabelece-se a alteridade e, ao mesmo tempo, confere-se lhe um sentido estrangeiro. A escrita “invade o espaço e capitaliza o tempo”, opondo-se à palavra falada “que não vai longe e que não retém” (CERTEAU, 1982, p. 214). Com efeito, para Certeau, a escrita exerce um poder colonizador. Resgatar essa dimensão é fundamental para a compreensão de uma “história da cultura dos escritos”, como aqui se propõe.

Quando considerada a etimologia do termo, cultura é uma derivação da





raiz latina “*colo*”.<sup>13</sup> Dela dimanam: culto (*cultus*, particípio passado de *colo*) e cultura (*culturus*, particípio futuro de *colo*). De *colo* desdobram-se, portanto, relações com o passado e com o futuro. No culto reconhece-se o passado, o ato reverencial com os que já se foram e a memória do precedente. Em cultura estabelece-se a promessa de futuro e a expectativa de existência. Ambos, culto e cultura, encontram-se no processo de sementeira promovido pelo “colono”, aquele que habita, domina e cultiva a terra. Cultura é, portanto, o resultado do cultivo daquele que está inserido em uma relação temporal com o espaço no qual se vive e produz. O colono traz suas experiências, adaptando-as e/ou impondo-as às contingências, na expectativa de manter-se vivo e perpetuar suas gerações.

Nos termos acima descritos, cultura define-se por meio de um “conjunto de práticas, técnicas, símbolos e de valores que se devem transmitir às novas gerações [...]” (BOSI, 1992, p.16).<sup>14</sup> Sem desconsiderar outras definições de cultura – elas próprias resultados de atribuições de valores e significados –, o que se quer remarcar aqui é o caráter ativo da transmissão, aspecto destacado nas discussões sobre oralidade e potencialidades dos escritos.<sup>15</sup> É importante que se considere o processo de difusão para que os estudos não redundem em adjetivação de uma espécie de cultura ou que se restrinjam à escrita como objeto circunscrito em si mesmo. Vale dotar escritos de contexto(s), isto é, considerar todos os símbolos, relações, valores, técnicas e práticas que os promovem ou cerceiam.

Em suma, a proposição de uma cultura dos escritos privilegia a dimensão do cultivo de um conhecimento especializado (a escrita) como parte de uma cultura. Não se trata de propor uma nova área ou campo de análise distinto da história da cultura escrita ou história social e cultural da escrita. Trata-se de estabelecer uma estratégia metodológica que evidencie o componente ativo do processo cultural. Mais do que categorizar um tipo de cultura (a escrita) em função de outra (a oral) – seja na sua negação, seja na sua complementaridade afirmativa –, intenciona-se explicitar os processos de difusão e apropriação da escrita, considerando a pluralidade das formas simbólicas e materiais, a extensão dos espaços geográficos e temporais, a diversidade dos agentes e das suas práticas.

A cultura dos escritos destaca um saber passado – no duplo sentido do termo, quanto pretérito e quanto algo transmitido – que é atualizado e projetado pelo ato do cultivo visando o futuro, um dos propósitos da educação. A metáfora da educação como sendo um ato de cultivo não era estranha à modernidade. Um



exemplo entre outros, no início do século XVII, Comênio, em *Didáctica Magna*, aproximava a educação ao cultivo dos bons costumes e sem ela:

[...] resulta que o resto da juventude cresce sem a devida cultura, como uma selva que ninguém planta, ninguém rega, ninguém poda e ninguém se esforça por fazer crescer direita. Por esse motivo, costumes e hábitos grosseiros e depravados enchem o mundo, todas as cidades e praças fortes, todas as casas e todas as pessoas, cujos corpos e almas estão totalmente cheios de confusão. (COMÊNIO, 2006, p. 69).

Nos parâmetros da cultura dos escritos, a escola adquire um lugar de destaque, pois nela se cultiva, pela oralidade e pela escrita, a mocidade, o futuro de uma nação. À juventude formada nas escolas caberia a promoção dos povos, a administração das coisas e o ordenamento social. O resultado dessa empreitada pode ser verificado nos trechos da Bíblia pintados nos tetos das igrejas, nas missas rezadas em latim, nos monumentos públicos, nos editais régios, enfim, nos diversos suportes que servem à escrita e norteiam seu consumo.

Diante das possibilidades abertas pela cultura dos escritos, este artigo confere destaque aos agentes, aos “colonos das letras”. Mais especificamente trata de dois grupos sobre os quais venho dedicando minhas pesquisas: os advogados e professores. A intenção é colocar sob suspeita a afirmação de que, nas Minas Gerais, a cultura das letras era algo inexistente ou restrito às camadas privilegiadas. Por um lado, os dados quantitativos que serão apresentados a seguir reforçam a associação entre o letramento e as camadas socialmente distintas, como no caso dos advogados. De outro lado, contudo, a expressiva presença de professores régios e particulares sugere uma capilaridade das letras entre camadas sociais intermediárias de Mariana, entre 1750 e 1834.

### **Letrados, professores e mestres em Minas Gerais**

A colonização do imenso sertão da América portuguesa dependeu do estímulo proporcionado pelas descobertas auríferas, porém a manutenção da empreitada só foi possível com a ajuda do comércio e da produção agropecuária. Essa ampliada consciência da economia das gerais contribuiu para extrapolar as bordas da mineração, fosse em direção de uma “acomodação evolutiva”, fosse a favor do reconhecimento de uma primitiva coexistência dos vieses



produtivos (ALMEIDA, 2010; CARRARA, 2007; MARTINS, 2018). As minas, os currais e as plantações – salvo, talvez, o final do século XVII e o início do XVIII – fomentaram a economia em Minas Gerais. O território, na sua extensão, não foi esterilizado pela extração aurífera e diamantífera, permitindo o cultivo e a criação.<sup>16</sup> Pesquisas mais recentes têm frisado “vocações” regionais distintas ou a coexistência de atividades produtivas, confirmando a conhecida síntese de Guimarães Rosa: “minas são muitas” (ANDRADE, 2008; ANTUNES; SILVEIRA, 2019).

O conjunto das atividades desenvolvidas em Minas Gerais constituiu uma economia plural, rica e dinâmica, cuja relevância era sentida em nível colonial, metropolitano e mundial. À região foram designados agentes da coroa para ocupar os cargos de guarda-mor e superintendente das minas. Regravam a atuação desses funcionários os códigos legais e, mais especificamente, o regimento de 1702, que reformava o de 1603. Pela norma, cabia ao superintendente distribuir as datas minerais, “interpretar e executar a lei, procurando atalhar discórdias” (HOLANDA, 1973, p. 270). Como se nota, desde o início da ocupação e exploração das “Minas dos Cataguases”, houve a preocupação com o ordenamento social.

Com o tempo, as estruturas administrativas e de controle ganharam ossatura: as primeiras vilas foram fundadas em 1711; a capitania de Minas Gerais era criada em 1720; guerras, levantes e sedições foram apaziguados ou duramente reprimidos pela Coroa... Em grande medida, esses conflitos podem ser atribuídos a um desregramento social promovido pela fluidez e descontrole dos povos que reagiam ao esforço do Estado e da Igreja em promover o ordenamento, ainda que parcial, da região mais rica do império português no setecentos.<sup>17</sup> Esse período de desordens seria atenuado após a década de 1730, com maior imposição do Estado, mas a violência nunca deixaria de ser uma constante naquela sociedade escravista e móbil.<sup>18</sup>

Aos poucos e parcialmente, a violência cotidiana ganharia espaços mais controlados da administração e da “doce razão” jurídica (HESPANHA, 1988). Em conjunto, as estruturas fiscais cobravam os impostos, os militares zelavam pela segurança, a Igreja cuidava dos bons costumes e a justiça mediava os conflitos sociais e, dentro do possível, punia os delitos. A doutrina política conferia à justiça um papel central, enquanto fundamento do trono e “face mais visível do rei” (SUBTIL, 1993, p. 157). Contudo, no mundo colonial, a imagem do rei parecia distorcida, dando ensejo a posições extremadas, como as de Caio Prado Junior e Raimundo Faoro, este defendendo a eficácia e aquele a ineficácia do Estado (FAORO, 2000; PRADO JUNIOR, 1996). Com Laura de Mello e Souza,



a dinamicidade do jogo político ganhou a metáfora pendular, oscilante entre o agro e o doce, entre a repressão e contemporização (SOUZA, 1982). Mais recentemente, em o *Sol e a Sombra*, a autora chamou a atenção para o quanto a distância poderia distorcer a imagem do rei (SOUZA, 2006).

Os modelos desenhados pelos autores citados, somados à significativa influência de Antônio Manuel Hespanha, serviram de paradigmas para os estudos sobre a administração da justiça em Minas Gerais, os quais, recorrendo aos arquivos, se dedicaram a traçar as estruturas, o perfil dos agentes e suas práticas nos auditórios.<sup>19</sup> Um esforço digno de nota, mas, em muitos casos, limitado pelos extremos da eficácia e da inépcia ou escantilhado pela formalidade do direito e pelo viés historiográfico. Com alguma frequência, os modelos desenhados para a compreensão da administração e da sociedade colonial acabaram vincando as análises empíricas, promovendo tautologias ou mesmo simplificações.

Um exemplo do que foi ponderado pode ser encontrado no trabalho pioneiro de Russel-Wood sobre a administração local das Minas Gerais. A certa altura o autor relata o caso de um sapateiro mulato que chegou a ocupar o cargo de juiz ordinário da câmara de Vila Rica e, por ocasião de vacância, tornou-se ouvidor de toda a Comarca (RUSSEL-WOOD, 1977). O caso em pauta revelaria o baixo padrão dos migrantes e a conseqüente “mediocridade” do governo local. Entrementes, a cautela pede para que não se faça da parte o todo, projetando um exemplo de atribuída incompetência para o conjunto do século XVIII e para a Capitania de Minas Gerais.

Como já demonstrei em outra ocasião, para a segunda metade do século XVIII, as câmaras de Mariana e Vila Rica contaram com bacharéis formados em leis e cânones na Universidade de Coimbra (ANTUNES, 2007). A atuação desses bacharéis seria um fator que poderia aproximar a primeira e a segunda instâncias judiciais do direito oficial, escrito, dos “sábios”, mas nem por isso tratar-se-ia de uma justiça reta e virtuosa (ANTUNES, 2005). Quando se desloca o olhar investigativo para os agentes e para as práticas cotidianas, a administração ganha uma espessura que extrapola a lógica binária e plana dos opostos.

Para o caso de Mariana, nossos estudos, envolvendo um tipo específico de instrumento judicial, denominado “notificações”, trouxeram números reveladores.<sup>20</sup> No total, entre os anos de 1714 e 1808, foram identificados 86 advogados ali atuantes. Ao contrário do que inferiu Russel-Wood, a administração local não estava sob a responsabilidade de homens despreparados, pelo



menos não no maior termo da Comarca de Vila Rica. A primeira metade do século XVIII, quando a produção aurífera estava em alta, foi bem pródiga em advogados. O referido período contou com a atuação de mais da metade dos letrados encontrados nas notificações, ao menos 46 do total. Se somados aos juízes de fora, o número de letrados atuantes nos auditórios da justiça entre 1716 e 1750 chegaria a 50. Entre os anos de 1751 e 1808, o grupo de letrados seria composto por trinta e oito advogados e sete juízes de fora, perfazendo um total de quarenta e cinco profissionais. Desse conjunto, contudo, nove advogados atuaram na primeira e segunda metade do setecentos. De qualquer maneira, pode-se concluir que, desde o início e por todo o século XVIII, a riqueza produzida nas gerais atraiu o interesse de profissionais letrados, viabilizando, ao menos em tese, uma justiça menos desapegada do direito escrito.

Esses advogados atuaram não apenas no patrocínio das causas judiciais, mas também como procuradores e vereadores da câmara de Mariana, especialmente na segunda metade do século XVIII e início do século XIX. Desde sua criação, em 1711, até 1750, a câmara contou com ao menos cinco advogados na composição direta dos seus quadros. Entre 1731 e 1750, Mariana ainda contou com quatro juízes de fora, tendo o dr. José Pereira Moura ficado nove anos no cargo. Entre 1750 e 1808, em apenas seis anos não se constatou a existência de doutores entre os vereadores e procuradores da câmara. Portanto, não apenas os auditórios da justiça, como também a administração local, contaram com a participação de homens bons formados em direito, para além de licenciados, cirurgiões e militares, estes em maior representação.<sup>21</sup> Tais números e perfis contribuem para melhor dimensionar o ordenamento social – tema recorrente na historiografia sobre Minas Gerais – e se inserem na discussão sobre a presença de letrados na administração local.

Esses homens de letras possuíam livros que eram lidos e citados nos arrazoados que compunham para a defesa de seus clientes. A instrução que receberam, desde as primeiras letras até o ensino universitário, servia de norte para os seus procedimentos jurídicos. Ademais, personagens como Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, José Pereira Ribeiro, entre outros, cultivavam a arte da prosa e do verso como elementos de sociabilidade e de distinção (ANTUNES, 2005). O saber que possuíam e envergavam como letrados serviu ao cultivo das letras e à ordem do discurso jurídico e político das Minas Gerais, o que não os afastou das injustiças, das injúrias e da sedição (MAXWELL, 1995).

Como se observou, a historiografia reconhece a (des)ordem dos agentes e dos



instrumentos administrativos. Contudo, no âmbito dessas discussões, quase não se menciona o papel das letras ou das escolas na “interiorização da disciplina” (GOUVEIA, 1993). Uma das possíveis razões para explicar essa ausência é a presunção de que não havia escolas no interior da América portuguesa ou que o ensino fosse algo exclusivo de uma camada privilegiada denominada comumente de “elite”.<sup>22</sup> Entretanto, como observou Thais Nívea de Lima e Fonseca (2010, p. 13): “o aprendizado da leitura e da escrita não ficava restrito às elites, não sendo tão incomum encontrarem-se indivíduos originários das camadas sociais intermediárias que sabiam ler e escrever, muitos vivendo de ofícios que exigiam esse conhecimento”.

Em geral, consideravam-se raríssimas as escolas nas Minas Gerais colonial.<sup>23</sup> Elevada, em 1745, à condição de cidade para abrigar a sede do bispado de Minas Gerais, Mariana passaria por reformas urbanas e estruturais. O novo bispado demandava gente capacitada para conduzir seu rebanho no caminho da fé cristã e apurar os desvios. Com esse propósito, instalou-se na localidade a justiça eclesiástica, onde atuariam os doutores em cânones, formados na Universidade de Coimbra. Para as demandas mais prementes e cotidianas, da catequização dos neófitos à extrema-unção dos moribundos, era preciso formar o exército de Deus.

Em 1750, Dom Frei Manuel da Cruz, primeiro bispo de Mariana, fundou o Seminário da Boa Morte, destinado à formação de clérigos e à instrução geral da mocidade. Apesar da proibição da fixação de ordens regulares nas Minas Gerais, os religiosos ocupariam outras frentes de ensino, para além dos muros do Seminário da Boa Morte.<sup>24</sup> Na circunscrição do termo de Mariana, os clérigos estiveram à frente do “Colégio dos Osório”, que funcionou no Sumidouro, e no Colégio do Caraça, criado em 1820 na região de Catas Altas. Para as mulheres alguma instrução ficava por conta do Recolhimento Religioso de Macaúbas, próximo a Sabará, e do Recolhimento do Vale de Lágrimas, nas divisas de Minas Gerais com a Bahia.<sup>25</sup>

Se considerados os seminários, os colégios e os recolhimentos conhecidos, as chances de instrução escolar nas Minas Gerais seriam relativamente limitadas. Ocorre que, para o período, a educação não se restringia apenas aos mencionados espaços. Primeiro, porque a definição de educação corrente à época era ampla o suficiente para compreender o ensino familiar. Conforme o dicionário de D. Raphael Bluteau, educação referia-se ao ato de criar alguém e de instruir para o tratamento decoroso das pessoas segundo suas qualidades. Educação englobava, ainda, o ensino e o aperfeiçoamento de um entendimento,





o que poderia ser feito em diversos espaços, da Igreja às oficinas de empregos mecânicos (BLUTEAU, 1728, p. 29).

Um segundo aspecto ainda pode ser ponderado para relativizar a ausência de educação nas Minas Gerais: para além dos seminários, colégios e recolhimentos a instrução escolar também foi promovida por escolas régias e particulares. Ao “abrirem aulas”, como se dizia então, cada professor ou mestre estabelecia uma escola, mais ou menos regulada por currículos, disciplinas e didáticas. Assim sendo, o correto dimensionamento da instrução escolar demanda estudos capazes de revelar o número de indivíduos que exerciam o ofício de professores, dentro e fora das conhecidas instituições de ensino colegiadas.

Não são muitos os estudos sobre os professores em Minas Gerais e os que existem tratam dos educadores vinculados ao Estado, os chamados professores régios (FONSECA, 2010). Por razões atinentes ao fortalecimento da Coroa, a expulsão dos jesuítas, em 1759, causou um impacto no oferecimento de aulas por todo o império português. Para mitigar os efeitos na educação, criou-se o cargo de professor régio, profissional fiscalizado e pago pela Coroa. Não obstante as iniciativas de D. João V, foi a partir de 1759 que a Coroa portuguesa assumiu diretamente um compromisso com a educação.<sup>26</sup> Sob a influência do viés iluminista, a educação passa a ser entendida como a responsável por “tornar a sociedade mais feliz e os homens, cultivados pela virtude e pela ciência, mais conscientes dos seus deveres para com a Humanidade e para com a pátria” (ARAUJO, 2003, p. 54).<sup>27</sup>

Conforme o “Mapa de Professores e Mestres [...] neste reino de Portugal”, de 1772, havia 837 cadeiras de aulas régias em todo o domínio português. Excluídas as aulas das “ilhas” e do “ultramar”, restavam para Portugal 746 cadeiras régias, ou seja, mais de 89% do total (GOUVEIA, 1993, p. 345). Em menor profusão do que para a metrópole, a América portuguesa também foi contemplada com as iniciativas educacionais tomadas pelo Estado. Em 1772, o plano de reforma previa 44 cadeiras para o Brasil, sendo: 12 para Pernambuco, 10 para a Bahia, 7 para o Rio de Janeiro, 7 para Minas Gerais, 3 para São Paulo, 3 para o Pará, 2 para o Maranhão. Em toda a colônia, as cadeiras de primeiras letras perfaziam 17, contra 15 de gramática latina, 3 de grego, 6 de retórica e 3 de filosofia (CARDOSO, 2004, p. 185).

No ano seguinte à confecção do Plano de 1772, houve uma reavaliação e foram acrescentadas 88 cadeiras. A grande maioria das aulas régias criadas ficou adstrita à metrópole portuguesa, com especial destaque para Lisboa e para as cabeças de comarca. Em 1779, somente o termo de Lisboa contava com 68 cadeiras, sendo:



40 de primeiras letras, 16 de gramática latina, 6 de filosofia, 3 de retórica, 2 de grego, 1 de desenho.<sup>28</sup> As razões dessa desproporção podem ser encontradas no espírito desenvolvimentista e centralizador metropolitano, tanto quanto na política exploratória colonial, na medida em que o subsídio literário, coletado em todas as partes do Império português, servia para promover uma educação desigualmente distribuída (GOUVEIA, 1993, p. 422).

Com a ampliação de 1773, Minas Gerais passou a contar com nove aulas régias, número que, aparentemente, referenda a hipótese da escassez de oportunidades de instrução escolar.<sup>29</sup> Se avaliada a população da Capitania que, em 1776, perfazia um total de 319.769 habitantes, sendo perto da metade de brancos e pardos, o número de professores régios era realmente insignificante (ROCHA, 1995, p. 182). Contudo, seria impróprio deduzir que todo o conjunto da população ou, ainda, apenas os livres tivessem desejo e condições para cursar as aulas. Devemos considerar que somente parcela do contingente livre demandaria o ensino escolar, sendo, no entanto, impossível precisar esse percentual, dados os limites dos registros demográficos da época.

Algumas fontes, entretanto, permitem estimar com maior precisão a população de determinadas regiões de Minas Gerais, viabilizando alguns ensaios sobre a proporção de professores para crianças em idade escolar. No ano de 1798, para a freguesia de Furquim, localidade do termo de Mariana, Thais Nívea de Lima e Fonseca contabilizou uma população de 4.503 pessoas, das quais 300 eram crianças livres e escravas entre 7 e 15 anos de idade, o que correspondia a 6,67% do total. Se considerados apenas os livres e supondo que as condições da escravidão limitassem significativamente o acesso ao ensino, o percentual de estudantes em potencial caia para 3,5% (FONSECA, 2010, p. 31-32). Tomando essa taxa como referência e considerando a população de todo o termo de Mariana para o ano de 1810, a quantidade aproximada de crianças que poderiam frequentar a escola seria próxima de 1.658, em uma população de 47.398 pessoas.<sup>30</sup> Supondo-se que todas as 10 cadeiras régias existentes em 1814 estivessem ocupadas, teríamos algo perto de 166 alunos por professor.<sup>31</sup> Essa média poderia ser a realidade para muitas localidades de Minas Gerais, porém havia outras alternativas de instrução escolar que devem ser levadas em consideração.

Extrapolando os registros que tratam exclusivamente dos professores régios, as análises de um escopo diverso de documentos permitiram identificar diversos professores particulares lecionando no termo de Mariana. No total, foram contabilizados 125 os docentes, entre régios e particulares, para o



período de 1750 a 1834. Desse conjunto, a maioria era composta por professores particulares, precisamente 73 indivíduos, perfazendo 58,4%. Os 52 professores régios representariam, deste modo, 41,6%. É provável que o conjunto dos docentes não fosse suficiente para atender toda a população em idade escolar do termo de Mariana, mas, indubitavelmente, a proporção de potenciais alunos por docente não seria tão alta se considerados somente os professores régios.

Para a segunda metade do século XVIII, a investigação identificou 48 professores dos quais a metade seria financiada pela Coroa.<sup>32</sup> Em percentuais aproximados, é possível notar uma concentração de docentes no ensino de primeiras letras (64,6%), seguido pelo de gramática latina (18,8%), filosofia (6,2%), teologia (6,2%) e retórica (4,2%). Entre 1801 e 1834, foram identificados 77 indivíduos ministrando aulas, sendo que, deste grupo, apenas 28 eram professores régios, o que correspondia a 36,36% do professorado. Seguindo a tendência do período precedente, a maioria dos educadores dedicava-se às primeiras letras (70,1%), seguidos daqueles que ensinavam gramática latina (22,1%), filosofia (3,9%) e retórica (3,9%).<sup>33</sup>

De maneira geral, os homens eram a enorme maioria dos mestres e professores régios e privados, a exceção da única professora, Francisca Paula Egina. Nota-se ainda a presença de padres, ainda que proporcionalmente menor do que a de professores laicos, que compunham 77,6% do conjunto. A mencionada vocação de ensino de cariz religioso em Mariana auxiliaria a explicar a presença desses padres, especialmente em certas áreas do conhecimento como a filosofia, retórica e a teologia. A oferta dessas cadeiras fazia de Mariana um centro preparação para o ensino universitário e de formação eclesiástica.

A partir do breve quadro apresentado, é possível avaliar de forma mais criteriosa o pressuposto de que Minas Gerais seria terra inculta para as letras e com poucas oportunidades de instrução escolar. A presença de mais de uma centena de professores régios e privados atuando em Mariana, sede do bispado e centro de formação intelectual, permite considerar uma demanda efetiva das famílias por instrução e das estruturas administrativas locais por mão de obra capacitada. Há, ainda, muito por se conhecer quanto ao cotidiano dessas escolas, seus currículos, os livros didáticos utilizados, enfim, uma série de aspectos da cultura escolar e da cultura dos escritos da época (CHERVEL, 1998).

## Conclusão

Em uma sociedade escravista, porém móbil, a instrução escolar era uma



possibilidade de alçar melhores condições de vida. O conhecimento da escrita permitia acesso à administração em diversos níveis, dos serviços mais ordinários à gestão do “bem comum”.<sup>34</sup> A instrução universitária ampliava as possibilidades de ocupar cargos administrativos mais rendosos e de distinção, como no caso dos advogados de Mariana que atuaram nos auditório da justiça oficial e na administração local. A dinâmica econômica da região demandava mão de obra capacitada instruída, ao menos em parte, por indivíduos que abriram aulas públicas e particulares.

O estudo das práticas escolares, por vezes relegado a uma posição secundária nos estudos sobre Minas Gerais, é fundamental para pensar as estratégias de interiorização da disciplina. Os mecanismos administrativos e ordenadores do centro econômico do império português dependiam de letrados e suas ações documentadas dão largas mostras da cultura dos escritos na região. Ainda que o analfabetismo grassasse entre grande parcela da sociedade, as letras mediavam aspectos variados da convivência e da existência documentada dos indivíduos.

O cultivo da escrita, fomentado na escola ou não, pode ser apreciado na riqueza de cada linha, de cada palavra, de cada letra dos documentos manuscritos e impressos que circularam por Minas Gerais. Deles apenas uma pequena amostra descansa nos arquivos. Os processos judiciais, os bandos publicados pelo senado da câmara, o controle cotidiano das contas de um comerciante, as receitas passadas pelos médicos, os pasquins, enfim, uma infinidade de registros evidencia a cultura dos escritos em Minas Gerais.

Mais do que a tipificação de uma cultura, a história da “cultura dos escritos” demanda pensar a difusão, as práticas e as representações associadas às letras. Contribui para isso considerar os agentes que cultivaram as letras. Ao trazer o contexto ao texto, inevitável pensar nos efeitos e propósitos do poder, entendido não apenas como a esfera restrita do Estado, mas de forma espraiada, enquanto meios servindo às consecuições de fins. Se as cifras apresentadas ainda não permitem o dimensionamento da extensão dessa difusão das letras, permitem, ao menos, contestar suposições precipitadas sobre a esterilidade das Minas Gerais para o cultivo dos escritos. Com efeito, a escrita se cultivou em muitos solos; sua cultura foi ampla e seu consumo diverso.

### Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia; condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de



Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2010.

ANDRADE, Francisco Eduardo. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa: Editora UFV, 2008.

ANGELO, Fabrício Vinhas Manini. *Herdeiros: o papel da família na educação das futuras gerações nos Termos de Sabará e de Ouro Preto (1721-1780)*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência por suas drogas e minas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

ANTUNES, Álvaro de Araujo. Administração da Justiça nas Minas Setecentistas. *In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos. As minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007. p. 169-190.

ANTUNES, Álvaro de Araujo. Injuriosas palavras: dimensões da cultura do escrito nos pasquins afixados em Calambau, Minas Gerais, no ano de 1798. *In: BORGES, Eduardo José Santos; FLEXOR, Maria Helena Ochi; SEVERS, Suzana Maria de Sousa Santos (org.). Poderes, identidades e sociedade na América Portuguesa (séculos XVI - XVII)*. São Paulo: Alameda, 2017. v. 1, p. 120-135.

ANTUNES, Álvaro de Araujo. As paralelas e o infinito: uma sondagem historiográfica acerca da história da justiça na América portuguesa. *Revista de História*, São Paulo, n. 169, p.21-52, 2013.

ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Espelho de cem faces: o universo relacional de um advogado setecentista*. São Paulo: Annablume, 2004.

ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Fiat justitia: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808)*. 2005. Tese (Doutorado em História Sociocultural) - Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

ANTUNES, Álvaro de Araujo. First lines of schooling: regius and private teachers



in Brazil, 1759 1843. *SISYPHUS – Journal of Education*, Lisboa, v. 4, n. 5, p. 120-143, 2016.

ANTUNES, Álvaro de Araujo. O inventário crítico das ausências: a produção historiográfica e as perspectivas para a História da Educação na América portuguesa. *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 2, p. 100-117, 2015.

ANTUNES, Álvaro de Araujo. Ver-me-ás folhear os grandes livros e decidir os pleitos: a leitura desvelada nos processos judiciais. *Convergência Lusitana*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 33-46, 2002.

ANTUNES, Álvaro de Araujo; SILVEIRA, Marco Antonio. Deixando de ser fronteira: território, população e conflito na conquista e colonização de Guarapiranga. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 35, n. 69, p.857-893, 2019.

ANTUNES, Álvaro de Araujo; SILVEIRA, Marco Antonio. Reparação e desamparo: o exercício da justiça através das notificações (Mariana, Minas Gerais, 1711-1888). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 25-44, jul./dez. 2012.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura das luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

BLUTEAU, Dom Raphael. *Vocabulário português e latino, áulico, anatômico...*. Coimbra: Coleção de Artes da Companhia de Jesus, 1728.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOUGNOUX, Daniel. *Introdução às ciências da comunicação*. Tradução Maria Leonor Loureiro. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CALMON, Pedro. *Espírito da sociedade colonial*. São Paulo: Companhia da Editora Nacional, 1935.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. Aulas Régias no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). *História e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2004. v.1.

CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais: produção e mercado interno de Minas Gerais, 1674 -1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.





CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Tradução Enid Abreu Dobránszky. São Paulo: Papirus, 1993.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. Tradução Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo (org.). *Casa de vereança*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008.

CHERVEL, André. *La culture scolaire: une approche historique*. Paris: Belin, 1998.

COMÊNIO, João Amós. *Didática magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos*. Tradução Joaquim Ferreira Fomes. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

"DADOS sobre a instrução publica, 1814". *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v.7, p.989-1017, v.7, jul./dez. 1902.

FALCON, Francisco. *História cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 10. ed. São Paulo: Globo: Publifolha, 2000.

FONSECA, Thais Nivia de Lima. Educação na América Portuguesa: sujeitos, dinâmicas, Sociabilidades. *História: questões e debates*, Curitiba, n. 60, p.15-38, 2014.

FONSECA, Thais Nivia de Lima. *O ensino régio na capitania de Minas de gerais 1772-1814*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

FONTAINE, Laurence. L'activité notoriale. *Annales*, Paris, v. 48, n. 2, p. 475-483, 1993.

FREIRE, Francisco Joseph. *Secretário portuguez ou methodo de escrever cartas por meio de uma instrução preliminar, regras de secretaria*. Lisboa: Tipografia Rolandiana, 1787.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.



GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei T. (org.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. P.65-95.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Oralidade e escrita: uma revisão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 128, p.403-432, 2006.

GINZBURG, Carlo. O extermínio dos judeus e o princípio da realidade. In: MALERBA, Jurandir. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. P.211-232.

GOODY, Jack; WATT, Ian. Las consecuencias de La cultura escrita. In: GOODY, Jack (comp.). *Cultura escrita en sociedades tradicionales*. Traducción de Gloria Vitale, Patrícia Wilsson. Barcelona: Gedisa Editorial, 1996. p.39-82.

GOODY, Jack. (comp.). *Cultura escrita en sociedades tradicionales*. Traducción de Gloria Vitale, Patrícia Wilsson. Barcelona: Gedisa Editorial, 1996.

GORGULHO, Talitha Maria Brandão. *A educação como herança nas elites coloniais de três comarcas da capitania de Minas Gerais: Rio das Velhas, Rio das Mortes e Vila Rica (1756-1810)*. 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

GOUVEIA, Antônio Camões. Estratégias de interiorização da disciplina. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: o antigo regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p.415-449.

HAVELOCK, Eric. Equação oralidade – cultura escrita: uma fórmula para a mente moderna. In: OLSON, David; TORENCE, Mancy. *Cultura escrita e oralidad*. Tradução de Valer Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1995. p.17-34.

HESPANHA, Antonio Manuel. Sábios e rústicos: a violência da razão jurídica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v.25/26, p.31-60, 1988.

HOLANDA, Sergio Buarque. *História geral da civilização brasileira: administração, economia, sociedade*. 3. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JULIO, Kelly Lislíe. “Os têm tratado e educado” : as mulheres e suas ações para



a manutenção da família e a educação de menores no termo de Vila Rica, MG (1770– 1822). 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Vale de lágrimas: mulheres recolhidas no sertão de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 19, n. 2, p. 312-326, 2014.

LE GOOF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 535-549.

MAGALHÃES, Justino. *O Mural do tempo: manuais escolares em Portugal*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa: Editora Colibri, 2011.

MANDEL, Ladislav. *O poder da escrita*. Tradução Constância Egreja. São Paulo: Rosari, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Da fala para a escrita: atividade de retextualização*. 9. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

MARTINS, Roberto. *Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins: Associação Brasileira de Pesquisa em História Econômica, 2018.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira; Brasil-Portugal: 1750-1808*. Tradução João Maia. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

OLSON, David; TORENCE, Mancy. *Cultura escrita e oralidade*. Tradução Valer Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1995.

ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Tradução Enid Abreu Dobransky. Campinas: Papyrus, 1998.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia; BURKE, Peter. Entrevista com Jack Goody. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p.329-345, 2004.

PAULA, Leandro Silva de. *O papel dos tutores na educação e na inserção social de órfãos no Termo de Mariana (1790–1822)*. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 24. ed. São



Paulo: Brasiliense, 1996.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain Francoise. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, José Joaquim. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais; Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

RUSSEL-WOOD, Anthony John. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, São Paulo, v. 55, n. 109, p. 25-79, 1977.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro: poder e miséria no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SOUZA, Laura de Mello. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

SOUZA, Laura de Mello. *O sol e a sombra: política e administração do Império Português no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SUBTIL, José. Os poderes do Centro. In: MATOSO, José (org.). *História de Portugal: o antigo regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. v. 4.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Alvares, [19--]. v. 2.

VARTULI, Silvia Maria Amâncio Rachi. *Por mãos alheias: usos sociais da escrita na Minas Gerais colonial*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

VILLALTA, Luiz Carlos; MORAIS, Christianni; MARTINS, João Paulo. As reformas pombalinas e a instrução (1759-1777). In: FALCON, Francisco José Calazans; RODRIGUES, Cláudia (org.). *A “época pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.p.453-498.

VIÑAO FRAGO, Antônio. Por uma historia de la cultura escrita: observaciones y reflexiones. *Signo – Revista de História de La Escrita*, Alcalá Henares, n. 3, p. 41-68, 1996.



## Notas

<sup>1</sup>Doutor Universidade Federal de Ouro Preto, o presente artigo traz resultados de projetos financiados pela FAPEMIG.

<sup>2</sup>A designação História social e cultural da escrita é utilizada por Viñao Frago (1996). A História da cultura escrita é utilizada por Chartier (2007). Existem outras variações. As nomenclaturas citadas servem para evidenciar certa indefinição no domínio temático.

<sup>3</sup>As discussões sobre comunicação não se restringem à escrita, considerando outros suportes visuais, audiovisuais etc. Nesse encaminhamento, a linguagem é avaliada de forma crítica. Por exemplo, acerca dos suportes visuais, pondera-se que “corroeu a transcendência concedida às palavras, em benefício de uma orquestra semiótica mais vasta e mais conforme as nossas trocas habituais” (BOUGNOUX, 1999, p. 9).

<sup>4</sup>O fazer história da escrita, em último grau, serve de exercício reflexivo para o próprio ofício do historiador. Falcon (2002, p. 30-31) observa que os novos estudos no campo história e da história cultural passaram por uma “crise” epistemológica e ontológica decorrente do questionamento do racionalismo e da possibilidade de se apreender o real. Na opinião do autor, a perspectiva “pós-moderna” fez da verdade “uma figura auto-referenciada de linguagem, incapaz de acessar o mundo referencial”. A representação do passado torna-se sem sentido, ou melhor, sem referência no real, apenas se sustentando no texto, nos efeitos de verdade, na linguagem. Em outra perspectiva, Ginzburg (2006, p. 216) defende que a relação “entre prova, verdade e história [...] não pode ser facilmente colocada de lado”. Retomando Vidal-Naquet, para Ginzburg o historiador escreve, “produz um espaço e um tempo, sendo ele próprio inserido em um espaço e um tempo [...], mas não devemos nos desfazer da velha noção de realidade no sentido [...]”. No presente artigo, entende-se que a história da escrita, em especial a desenvolvida nas últimas décadas, permite reconhecer o real que configura e dá suporte a virtualidade do texto.

<sup>5</sup>Ainda no espírito da nota anterior, segundo Michel de Certeau (1982, p. 17, 32), a operação historiográfica envolve um estranho procedimento que apresenta e nega a morte. Esse “procedimento paradoxal se simboliza e se efetua num gesto que tem ao mesmo tempo valor de um mito e de rito: a escrita”. A escrita histórica permite articular “num mesmo espaço a ausência e a produção”, o passado que não existe mais e a operação historiográfica.

<sup>6</sup>Dentre outras que serão citadas mais adiante: (ANTUNES, 2002, 2004).

<sup>7</sup>São diversos os trabalhos publicados pelos pesquisadores do grupo. Uma parcela pequena dessa produção aparecerá referenciada neste artigo.

<sup>8</sup>Em 2014, o auxílio concedido pela FAPEMIG, via Demanda Universal, foi ampliado com o apoio do Programa Pesquisador Mineiro. Parte da produção vinculada ao projeto encontra-se divulgada em: (ANTUNES, 2015, 2016, 2017).

<sup>9</sup>São exemplos os trabalhos: (ANGELO, 2017; GORGULHO, 2020; JULIO, 2017; PAULA, 2016; VARTULI, 2014). Para mais publicações do grupo, ver: <https://ceibero.wordpress.com>

<sup>10</sup>Segundo Pedro Calmon (1935, p. 130), “a ditadura” de Sebastião José de Carvalho e Melo foi “anticlerical, mas obscurantista [...] não reconstruiu a instrução popular dos





domínios portugueses”. Para o autor, a educação ficava na mão dos jesuítas e a expulsão da ordem inaciana causou a quase extinção da educação na colônia. Embora enalteça a existência de letrados e de literatos em Minas Gerais, para João Camilo de Oliveira Torres ([19--], p. 558), essa escola mineira constituiu-se por aqueles que foram estudar fora, nos termos do autor, “a necessidade do cultivo das letras e do estudo levaram-nos para terras distantes”.

<sup>11</sup>Ainda sobre as variações de designação que implicam relevantes aspectos metodológicos. O termo “culturas do escrito”, o uso da palavra ‘escrito’ em lugar de ‘escrita’ serve “para destacar que estamos nos referindo não apenas às habilidades de escrever” [...] “mas a todo e qualquer evento ou prática que tenha como mediação a palavra escrita” (GALVÃO, 2010, p. 68).

<sup>12</sup>Dentre as questões analisadas pela cultura escrita: “o ponto fundamental, aqui, é a forte continuidade entre a arte do texto manuscrito, a caligrafia e o caractere impresso. As tábuas são gravadas, efetivamente, a partir de modelos calígrafos. No mundo ocidental, em contrapartida, estabeleceu-se uma importante ruptura entre os textos manuscritos e a letra romana que se torna o caractere dominante nos livros impressos” (MAGALHÃES, 2011, p. 10). Outros temas mencionados podem ser encontrados em: (ALMADA, 2012; FREIRE, 1787; MANDEL, 2011; MARTINS, 2002).

<sup>13</sup>Toda a discussão sobre as variações de colo encontram-se em: (BOSI, 1992, p. 11-19).

<sup>14</sup>Pode-se questionar uma possível disposição “reprodutivista” da definição de cultura apresentada por Alfredo Bosi (1992, p. 16), a qual, porém, não deixa de contemplar o aspecto simbólico remarcado pelos trabalhos mais contemporâneos que entendem a cultura como “teia de significados”.

<sup>15</sup>A história da acepção de cultura é longa: remonta às raízes latinas, tal como apresentado neste artigo; passa pela definição setecentista do dicionário de Adelung, que compreende *Kultur* como “aperfeiçoamento do espírito de um povo”; ganha, na noção francesa, a perspectiva de sistema de valores associados à civilização; é reconhecida por alguns antropólogos como estrutura da vida social; ou, ainda, como parte de toda a realidade, enquanto “as próprias representações do mundo social são componentes da realidade social” (FALCON, 2002, p. 59-81).

<sup>16</sup>Na opinião de André João Antonil, “sendo a terra que dá ouro esterilíssima de tudo o que se há mister para a vida humana, e não menos estéril a maior parte dos caminhos das Minas, não pode crer o que padeceram ao princípio os mineiros por falta de mantimentos [...]” (ANTONIL, 2007, p. 234)

<sup>17</sup>Existem vários autores que tratam do tema. Um panorama sobre o ordenamento social das Minas Gerais pode ser visto em: (SOUZA, 1999)

<sup>18</sup>Sobre a caracterização da sociedade como móbil e aluvial, ver: (SILVEIRA, 1997).

<sup>19</sup>Uma discussão mais detalhada dessa produção historiográfica, influenciada ou não por António Manuel Hespanha, pode ser vista em Antunes (2013).

<sup>20</sup>O projeto em questão, coordenado em cooperação com o Professor Marco Antonio Silveira, destina-se a fazer um inventário analítico das notificações de Mariana e Ouro Preto e contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Alguns resultados dessa pesquisa podem ser encontrados em Antunes e Silveira





(2012)

<sup>21</sup>A relação dos vereadores e juízes de Mariana pode ser encontrada em Chaves e Pires (2008).

<sup>22</sup>Avaliando o conjunto da produção dedicada à História da Educação no Brasil, os balanços historiográficos especializados têm constatado uma escassez de estudos sobre a instrução escolar no período colonial. Alguns levantamentos indicam percentuais inferiores a 5% de estudos dedicados ao período colonial contra cifras mais significativas referentes ao período republicano e imperial. (FONSECA, 2014).

<sup>23</sup>Durante muito tempo, indicou-se a “quase ausência de acesso à cultura escrita, exceto para os membros das elites, que podiam frequentar as escolas controladas pelo clero regular – principalmente os colégios dos jesuítas e os seminários – e ingressar no ensino superior em Portugal”. (FONSECA, 2010, p. 19).

<sup>24</sup>A proibição da fixação das ordens regulares não abrangia os padres seculares. As ordens regulares seriam potencialmente perigosas à autoridade régia em uma região economicamente estratégica.

<sup>25</sup>Para Minas Gerais, alguns estudos preocuparam-se em avaliar as relações culturais e os desdobramentos sociais propiciados por estabelecimentos ou agentes de ensino. Em diálogo com o universo religioso e social, a peculiaridade do ensino segundo o gênero foi estudado por Algranti (1993) e Lage (2014).

<sup>26</sup>Segundo Laerte Ramos de Carvalho, o projeto de educação e modernização de Portugal não se restringe ao período pombalino, tendo antecedentes no reinado de D. João V e se prolongando no de D. Maria I. Na primeira metade do século XVIII, é criada a Academia Real de História, Verney escreve o *Verdadeiro Método de Estudar* e a Congregação do Oratório abre escolas em Portugal (CARVALHO, 1978, p. 54). Com Pombal, as críticas contra os jesuítas, ensaiadas no reinado de D. João V, ganham forma e potência, levando a expulsão da ordem em 1759 e a criação dos professores régios. Em 1761, segundo o relatório do comissário João Alberto de Castelo Branco, já havia na América portuguesa 40 professores régios, em 28 localidades, atendendo mais de 800 alunos (VILLALTA; MORAIS; MARTINS, 2015, p. 483).

<sup>27</sup>Já no reinado de D. Maria I teria ocorrido uma verdadeira “conventualização do ensino”. Durante o período da regência e nos primeiros anos do Brasil independente, a marca religiosa na educação não seria apagada. Na segunda metade do século XVIII e nas décadas iniciais do século XIX, o catecismo e os padres continuariam servindo ao ensino das primeiras letras e dos princípios da religião. Assim, a secularização do ensino no universo português não significou um ensino laico, mas sim uma educação oficialmente não jesuítica, regulamentada e promovida, não de forma exclusiva, pelo Estado.

<sup>28</sup>Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Real Mesa Censória, 362, doc. 4223.

<sup>29</sup>Esse contingente alargar-se-ia ainda mais ao longo dos anos e, em 1814, Minas Gerais contaria com 46 cadeiras, sendo 34 de primeiras letras e 12 de gramática latina (FONSECA, 2010, p. 23, 33-34).

<sup>30</sup>Sobre a população de 1810, utilizou-se o mapa produzido pelo capitão-mor Antonio Alves Pereira, conservado no Arquivo Público Mineiro (APM) – S. G. Caixa 84, Documento 54.



<sup>31</sup>Os dados de 1814 indicam que apenas 50% das cadeiras contavam com professores, o que dobraria a relação professor aluno indicada. Contudo, em função das flutuações na ocupação das vagas, consideramos como hipótese ideal que todas as cadeiras estivessem ocupadas (DADOS, 1902, p. 990).

<sup>32</sup>No caso das aulas régias, deve-se considerar a rotatividade na ocupação das cadeiras ao longo do tempo. Em muitos momentos as cadeiras abertas estiveram vacantes, mas, nestes casos, poderia ocorrer a contratação de professores substitutos.

<sup>33</sup>Nem sempre foi possível definir se o professor registrado na documentação era de primeiras letras ou de gramática latina. Segundo alguns autores, no século XVIII, existia uma distinção entre mestres e professores. Aqueles seriam responsáveis pelo ensino mais fundamental do ler, escrever, contar e da doutrina cristã, enquanto os professores cuidariam do ensino mais especializado, como a gramática latina. Essa distinção tende a minorar no século XIX e o termo professor passaria a ser utilizado também para o ensino das “primeiras letras” (FONSECA, 2010, p. 21-22).

<sup>34</sup>Sobre os usos da escrita entre os comerciantes, ver: Furtado (1999).